



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

13 de julho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 13 / 06 / 2017	Página 6	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPMA solicita regularização do Portal da Transparência de Cantanhede

A Promotoria de Justiça da Comarca de Cantanhede, ajuizou, em 6 de julho, uma Ação Civil Pública contra o Município de Cantanhede e outra contra Matões do Norte (termo judiciário da referida comarca), pedindo a regularização do Portal da Transparência já implantado em ambos os municípios. Nas ações, formuladas pelo promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrer, o Ministério Público pede

à Justiça que conceda medida liminar, obrigando os Municípios a regularizar as pendências encontradas na página eletrônica. A regularização deve ser concluída no prazo de 60 dias. Nas ações, foram solicitadas a disponibilização, nos portais, de informações sobre registro de competências e estrutura organizacional; informações atualizadas sobre procedimentos licitatórios, incluindo editais,

contratos e resultados; dados atualizados de programas, ações, projetos e obras; informações sobre audiências públicas, consultas públicas e outras formas de participação popular e informações sobre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), além de relatórios de gestão fiscal, prestações de contas com o respectivo parecer prévio.

Também foram pedidas a implementação de mecanismos que possibilitem acompanhamento em tempo real de informações sobre execução orçamentária e financeira e a manutenção das informações disponíveis para acesso aos conteúdos do site. Outro pedido se refere à disponibilização de ferramentas que garantam a acessibilidade às pessoas com deficiência.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros INFORME JA	
DATA 13/06/2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa

Promotora vê propósitos pessoal e político em denúncia de ex-funcionário da Emap

“Ainda estamos processando os fatos. De logo, antecipo que sou casada com Dr. José Eugênio Mendonça, Diretor de Engenharia da Emap (Empresa Maranhense de Administração Portuária), homem íntegro e sem qualquer mácula em sua reputação”, disse, ontem, ao Jornal Pequeno, a promotora Elizabeth Mendonça, da Comarca de São José de Ribamar, ao reagir a notícias que envolveram o seu nome (indiretamente) e do seu marido (diretamente) no caso da Operação Draga, deflagrada, na manhã desta quarta-feira, pela Polícia Federal. Segundo Elizabeth, “o contrato objeto da operação data da gestão anterior, sendo, inclusive, já analisado pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado), que entendeu pela legalidade da contratação respectiva”. A promotora classificou de “maldosas e levianas as especulações formatadas por um ex-funcionário demitido pela Emap”, no entendimento dela, “com dois propósitos: um de cunho pessoal, para atingir a minha pessoa, através do meu marido, e o outro de cunho político, para atingir o governo Flávio Dino”. “Em um Estado em que imperava um deserto de bons e honestos homens, não é surpresa que aqueles acostumados a operar nas sombras tentem a todo custo impedir o percurso do bom caminho”, concluiu a promotora Elizabeth Mendonça, em contato com o JP.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros INFORME SP
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 13 / 06 / 2017	Página 7	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Transparência

A Promotoria de Justiça da Comarca de Cantanhede, ajuizou, em 6 de julho, uma Ação Civil Pública contra o Município de Cantanhede e outra contra Matões do Norte (termo judiciário), pedindo a regularização do Portal da Transparência.

O portal já foi implantado em ambos os municípios, mas não funciona conforme as diretrizes do MP.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>LAPA</i>
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 13 / 06 / 2017	Página X	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Três ações da PF atingem governo

Em quatro meses, três operações da Polícia Federal atingiram setores do governo Dino. As operações apontaram desvios de recursos no Sistema Penitenciário, na Saúde e na Emap. Governo nega. **POLÍTICA 3**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
DATA 13 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Em quatro meses, pelo menos três operações da PF atingem Governo

Mais recente, Operação Draga apontou fraude em execução e fiscalização de contrato de R\$ 60 milhões na Emap; Saúde e Seap também já foram alvo da PF

RONALDO ROCHA

Da editoria de Política

Num período de apenas quatro meses, pelo menos três operações da Polícia Federal atingiram setores do governo Flávio Dino (PCdoB). As operações apontaram para desvios de recursos públicos no Sistema Penitenciário, na Saúde e na Administração Portuária. Em todos os casos, o governo negou os desvios.

A primeira operação, em 2017, que apontou fraudes no Executivo e desvios de dinheiro público, foi a Turing, cujo objetivo inicial era apurar vazamentos de informações da própria polícia.

Nesse caso, a PF apontou movimentação suspeita de R\$ 37,6 milhões do Sistema Penitenciário. O montante, segundo a polícia, pode ter sido desviado por servidores da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap).

Daniilo dos Santos Silva, apontado como um dos articuladores do esquema, responsável por vazar informações da polícia e que supostamente resultava na extorsão de figuras públicas e empresários, havia atuado como secretário adjunto da pasta até 9 de março, quando foi exonerado, dias antes da deflagração da operação.

Na petição apresentada à Justiça, a PF pediu, naquela oportunidade, busca e apreensão nos endereços de todos os indicados no suposto esquema e em várias empresas prestadoras de serviço ao Estado.

Rêmore

A segunda operação da PF a atingir o Governo do Maranhão em



Governador Flávio Dino tem adotado a tática de acusar adversários

2017 foi a Rêmore, que apurou desvios na Saúde.

No centro das investigações, o Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (IDAC), organização social sem fins lucrativos, que, segundo a PF, desviou pelo menos R\$ 18 milhões de recursos públicos que deveriam ser aplicados na gestão de hospitais do Maranhão.

O IDAC havia sido contratado pela gestão Flávio Dino no dia 1º de maio de 2015 pelo valor de R\$ 18,9 milhões. Esse contrato teve vigência de três meses, depois foi aditivado por mais três meses, e não foi precedido de licitação.

Em novembro do mesmo ano, novo contrato foi assinado, de pouco mais de R\$ 102 milhões.

Além disso, o contrato inicial, que tinha vigência de um ano, foi aditivado pela SES, já na gestão do secretário Carlos Lula, por igual valor. Somados, os contratos chegam a

SAIBA MAIS

Contrato não fiscalizado

A Operação Draga, da PF, teve o objetivo de apurar fraude na licitação, execução e fiscalização da obra de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui. Ao todo, foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão. A obra de dragagem de aprofundamento foi executada pela Empresa JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA de 18/12/2014 a 13/3/2015, com o custo de R\$ 62.127.990,92.

R\$ 200 milhões.

A outra operação que atingiu o Governo foi a Draga, deflagrada ontem pela PF e que investiga desvios na administração portuária do estado. Neste caso, pelo menos um homem de confiança do governador Flávio Dino, o diretor de Engenharia da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante, foi alvo de ação de busca e apreensão.

Ele também foi suspenso da função por 90 dias e proibido de se deslocar até a Emap, que funciona no Porto do Itaqui.

Em nota, Emap nega ilegalidade na atual gestão

A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) informou em nota que houve cumprimento de mandado de busca e apreensão, referente ao processo de dragagem realizado pela empresa Jan De Nul do Brasil e serviço de batimetria realizado pela empresa Fotogeo, executados no começo de 2015.

Segundo o órgão, a decisão judicial que embasou a operação refere-se a fatos que remontam ao ano de 2009, "ainda em debate administrativo no âmbito do Governo Federal".

"Os serviços foram concluídos e a batimetria foi homologada pela Marinha do Brasil. AEMAP colabora com toda e qualquer investigação", diz o comunicado. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
DATA 13 / 06 / 2017	Página 3		

Desentendidos

O governo Flávio Dino (PCdoB) precisou ontem, mais uma vez, lançar mão de uma estratégia já conhecida dos maranhenses quando o assunto são denúncias de corrupção na gestão estadual.

Quando pegos sob suspeita, os comunistas sempre se fazem de desentendidos e tentam dar aos fatos conotações que não condizem com a realidade.

Foi o que ocorreu após a deflagração da Operação Draga, tendo como alvo a Emap. Ao anunciar o que estava investigando, a Polícia Federal foi clara: há suspeitas graves de que a execução e a fiscalização de um contrato de mais de R\$ 60 milhões – para dragagem de píeres do Porto do Itaqui – tenha sido fraudada.

A PF diz mais: que o período de execução das obras foi de 8 de dezembro de 2014 a 13 de março de 2015. Ou seja: entre os governos Arnaldo Melo (PMDB) e Flávio Dino.

Mas isso não é só. A PF também diz quem pode ter fraudado o contrato: um diretor de engenharia nomeado pelos comunistas e um coordenador de projetos que foi mantido na Emap por eles.

Mesmo assim, aliados do governador, em todas as esferas, passaram horas tentando convencer a opinião pública (ou convencer-se de) que o problema era “da gestão passada”.

Comunistas fingem não entender teor de acusações da PF e acusam adversários

Silêncio

O governador Flávio Dino (PCdoB) se isolou no silêncio e pela primeira vez não esperneou no Twitter após nova operação da Polícia Federal.

Acuado diante das evidências de desvios de recursos públicos na administração portuária, o comunista sequer havia tratado do tema, até o fechamento desta edição.

Em tempo: essa foi a terceira operação da PF, num período de quatro meses, que atingiu setores do Governo do Maranhão.

Cassados

A juíza Mirella Cezar Freitas, da 16ª zona eleitoral, cassou os diplomas de Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Joubert Sérgio Marques de Assis.

Eles foram eleitos em 2016, respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Miranda do Norte, mas foram acusados de compra de votos. A juíza também os declarou inelegíveis por oito anos.

A decisão da magistrada é pela realização de novas eleições no município, o que só deve ocorrer, contudo, se o TRE-MA mantiver a decisão em julgamento colegiado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 13 / 06 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Conselho quer retratação de ex-prefeito

PAULO DE TARSO JR.

O Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão (CRC-MA) divulgou nota de repúdio contra o ex-prefeito do município de Serrano do Maranhão, Leocádio Olímpio Rodrigues (PDT), após declaração do ex-gestor municipal ao jornal **O Imparcial**. Na edição do dia 1º de julho, em reportagem que tratava sobre a condenação de Leocádio Olímpio Rodrigues a seis anos e seis meses de prisão por desvio de recursos em 2008, o ex-prefeito atribuiu a "culpa" à decisão judicial aos contadores que trabalhavam com ele na época mencionada. "Eu fui eleito para administrar. Agora, eu não fui eleito para fazer contabilidade. Os contadores não são chamados porque o que mata na administração é a contabilidade", disse o ex-gestor a **O Imparcial**.

Com base nesta afirmação, o CRC-MA emitiu nota exigindo retratação pública do ex-gestor. No documento, o Conselho de Contabilidade contesta as afirmações de Leocádio Olímpio

Demonstra total desconhecimento da profissão contábil, cujo profissional é essencial para a saúde financeira das instituições públicas e privadas, assim como desconhece também o papel e a responsabilidade de um gestor público

Domingos Ferreira, presidente do CRC-MA

Rodrigues, que "demonstra total desconhecimento da profissão contábil, cujo profissional é essencial para a saúde financeira das instituições públicas e privadas, assim como desconhece também o papel e a responsabilidade de um gestor público. Além, na entrevista 'ele confessa que não tinha conhecimento nem da decisão judicial que lhe condenou a 6 anos de prisão', como informa o referido jornal".

Sobre a crítica aos profissionais de contabilidade, o Conselho Regional garante que "tem desenvolvido um profícuo tra-

balho em parceria com instituições governamentais e com o meio acadêmico, exatamente, para dotar a Contabilidade Pública da racionalidade e transparência que a sociedade brasileira exige, assim como, cabe ao profissional contábil a observância ao Código de Ética Profissional e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Dessa forma, é fundamental que os gestores públicos reconheçam a importância da Contabilidade como instrumento de controle e transparência na prestação

de contas, além de ferramenta indispensável no processo de tomada de decisão, tanto na área pública quanto privada".

Entenda o caso

O ex-prefeito da cidade de Serrano do Maranhão, Leocádio Olímpio Rodrigues (PDT), foi condenado pela Justiça a seis anos e seis meses de reclusão, em regime inicialmente semiaberto. A Ação Penal proposta pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu, apontou que o ex-gestor praticou o crime de "apropriação ou desvio de bens e recursos públicos em benefício próprio".

Na Ação Penal, a Promotoria de Justiça também havia pedido a condenação de Leocádio Olímpio Rodrigues por "dispensar ou inexistir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou inexigibilidade", com base no artigo 89 da Lei de Licitações (8.666/1993). Esse crime, no entanto, prescreveu em 2012.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	(X) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA 13 / 06 / 2017	Página 5	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Justiça cassa prefeito e vice de Miranda do Norte

Carlos Belfort e Joubert Assis distribuíam materiais de construção em troca de votos. Políticos do PSDB estão inelegíveis, e Miranda do Norte terá nova eleição

PAULO DE TARSO JR.

Prefeito e vice-prefeito cassados pela Justiça Eleitoral da 16ª Zona e nova eleição à vista. Esta é a situação atual da cidade de Miranda do Norte, que viu seus representantes eleitos em 2016 serem acusados de abuso econômico. Carlos Eduardo Fonseca Belfort (PSDB), conhecido como "Negão", e Joubert Sérgio Marques de Assis (PSDB), o "Gilberto", foram eleitos em 2016 para exercerem os cargos de prefeito e vice-prefeito de Miranda do Norte, respectivamente. A Justiça entendeu que a chapa formada pelos dois políticos comprou votos para ganhar a eleição e, por isso, determinou a realização de novas eleições no município.

De acordo com a Justiça, ficou caracterizado que o prefeito eleito Negão prometia vantagens em troca de votos. Os benefícios em questão seriam a distribuição de materiais de construção para os eleitores da cidade.

O detalhe é que Negão chegava a participar diretamente da compra de votos. Tentava convencer pessoalmente os eleitores. Quando não era ele, o encarregado de propor os benefícios seria o prefeito anterior, Júnior Lourenço, que o acompanhava nas visitas e encabeçava a campanha eleitoral.

Há "indícios da distribuição generalizada de materiais de construção, sem que, na entrega, fosse tomado recibo ou qualquer outra espécie de controle". "Os eleitores foram ouvidos apenas para coleta de informações para verificação de justa causa para ajuizamento da representação, não servindo de lastro para apreciação do mérito. No que diz respeito às demais provas colhidas pelo MPE, como fotografias e registro audiovisual, tais elementos de convicção foram submetidos ao contraditório", declarou a juíza Mirella Cezar Freitas, titular da 16ª Zona Eleitoral.

Além de terem os diplomas



Prefeito Carlos Belfort recebe diploma do ex-prefeito Júnior Lourenço

cassados, Negão e Gilberto ainda foram declarados inelegíveis por oito anos. Com a determinação da magistrada titular da 16ª Zona Eleitoral, o presidente da Câmara dos Vereadores, no caso o vereador Hugo Marvão (PDL), assumirá a prefeitura até que aconteça a diplomação dos novos eleitos.

Representação

A representação que ensejou a cassação foi proposta pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), após ser provocado pela Coligação Miranda de Todos Nós, que acusou ambos de abuso de poder econômico consistente em compra de votos por distribuição de materiais de construção.

Para fundamentar a representação, o MPE ouviu

eleitores que corroboraram os fatos informados pela Coligação Miranda de Todos Nós, apresentando ainda, como elemento de convicção, fotografias da entrega de material de construção a eleitores, mídia contendo filmagem em audiovisual, boletim de ocorrência policial e denúncias feitas por outros eleitores mirandenses sobre a prática através do aplicativo Pardal.

A defesa de Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Joubert Sérgio Marques de Assis alegou a impossibilidade das provas colhidas internamente pelo MPE por ausência de contraditório: inidoneidade das testemunhas, não detalhamento dos fatos, provas inadequadas; inexistência da conduta e/ou participação ou anuência dos representados;

e inexistência de prova robusta dos fatos alegados.

Sobre as alegações da defesa, a juíza Mirella Cezar Freitas salientou "que os depoimentos das testemunhas tenham que ser considerados com temperamentos, notadamente porque, em cidades pequenas, quase todo cidadão tem uma inclinação política quando não se apresenta como efetivo militante em favor de uma das candidaturas. É possível filtrá-los, retirando-lhes o que for verdadeiro e o que se ligam com as provas documentais, os fatos públicos e notórios, os indícios e as presunções - alvos da livre apreciação do julgador, nos termos do art. 23 da LC 64/90, posto que o magistrado é um ser social sensível e não um alienígena apartado das coisas que acontecem ao seu redor".

Para a Justiça Eleitoral da 16ª Zona, ficou caracterizado que Carlos Eduardo Fonseca Belfort ou o ex-prefeito, Júnior Lourenço visitavam eleitores, prometendo vantagens em troca de votos. A filmagem e as fotografias que instruem o processo corroboram as afirmações colhidas das provas orais produzidas.



Há indícios da distribuição generalizada de materiais de construção, sem que, na entrega, fosse tomado recibo ou qualquer outra espécie de controle

Mirella Freitas, juíza titular da 16ª zona eleitoral

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	VIDA
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	13 / 07 / 2017	Página	2
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

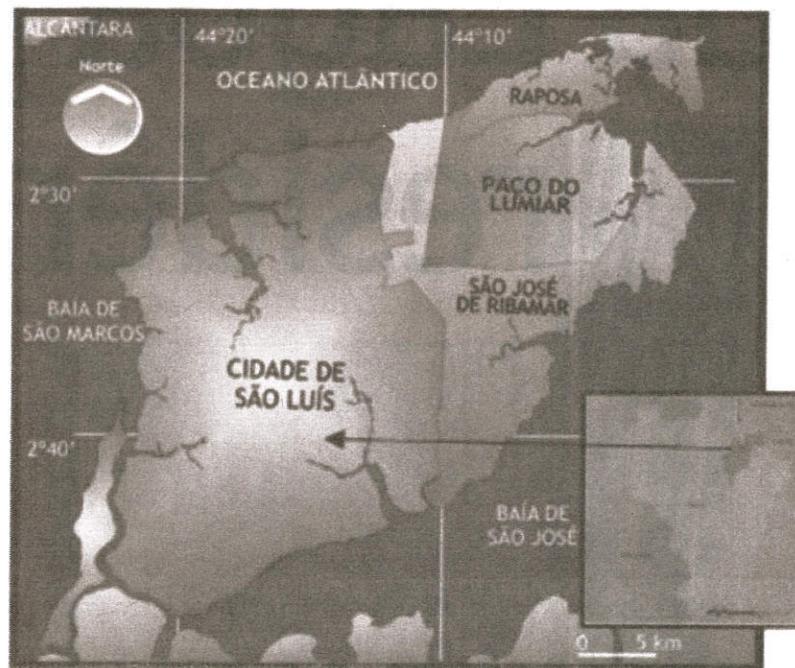
Lei sobre Limites Territoriais é aprovada

Com a regularização das divisas, ficará mais fácil para a população cobrar benefícios para as regiões que residem, como também os prefeitos terão mais agilidade para atender às demandas

A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) aprovou, ontem, o projeto de Lei que resolve a questão das divisas territoriais dos municípios da Ilha de São Luís. Problema que aguardava solução há mais de trinta anos e foi resolvido em menos de seis meses pela Comissão de Assuntos Municipais, presidida pelo deputado estadual Bira do Pindaré (PSB).

A lei foi aprovada graças a um consenso, que envolveu a população, a Assembleia Legislativa, os prefeitos dos quatro municípios da Ilha, o Estado, a Procuradoria da República, a Justiça Federal – que homologou o acordo entre os gestores, os Institutos Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc) e Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – órgãos técnicos que deram todo o embasamento para a atualização.

Com a regularização das divisas ficará mais fácil para a população cobrar benefícios para as regiões que residem como será mais fácil também para os prefeitos atender aos pleitos. A indefinição dos limites sempre dificultou o acesso aos serviços públicos de qualidade, como educação, infraestrutura, saúde, segurança pública. “Já solicitei também ao Governo do



Maranhão que auxilie os municípios, colocando as placas nos limites para que o cidadão saiba exatamente onde começa e onde termina cada município”, afirmou o parlamentar.

Diálogo

O governador Flávio Dino (PCdoB) tem liderado um ambiente de diálogo. O que facilitou, segundo o deputado, o entendimento entre os prefeitos, permitindo que o objetivo fosse alcançado. Algo que pode ser observado, destacou ele, no momento em que o comunis-

ta lidera o processo de convergência e implementa a região Metropolitana com a efetividade necessária.

“O nosso objetivo era alcançar essa meta no final de 2017, mas graças a Deus conseguimos efetivar ainda no primeiro semestre. Realmente é um resultado bastante exitoso porque conseguimos regularizar, atualizar os territórios dos quatro municípios. Isso permite que, agora, a gente avance na consolidação da região metropolitana” frisou ao acrescentar que o feito representa a queda de uma lenda, “porque mui-


 Realmente é um resultado bastante exitoso porque conseguimos regularizar, atualizar os territórios dos quatro municípios. Isso permite que, agora, a gente avance na consolidação da região metropolitana

Bira do Pindaré,
 deputado estadual (PSB)

tos acreditavam que não fosse possível, mas foi possível e é importante destacar que foi uma luta coletiva, onde cada um deu sua cota de contribuição”, completou Bira.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 13 / 07 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

FIM DE LINHA

Eleições 2016: prefeito e vice de Miranda do Norte têm diplomas cassados

Nesta quarta, 12 de julho, a juíza Mirella Cezar Freitas, titular da 16ª zona eleitoral, cassou os diplomas de Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Joubert Sérgio Marques de Assis, eleitos em 2016 para exercerem os cargos de prefeito e vice-prefeito de Miranda do Norte, aplicando-lhes ainda multa de 40 mil UFIRs, declará-los inelegíveis por 8 anos e decidir por novas eleições na cidade, devendo o presidente da Câmara de Vereadores assumir até a diplomação dos novos eleitos.

A representação que ensejou a cassação foi proposta pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), após ser provocado pela Coligação Miranda de Todos Nós, que acusou ambos de abuso de poder econômico consistente em compra de votos por distribuição de materiais de construção.

Para fundamentar a representação, o MPE ouviu eleitores que corroboraram os fatos informados pela Coligação Miranda de Todos Nós, apresentando ainda, como elemento de convicção, fotografias da entrega de material de construção a eleitores, mídia contendo filmagem em audiovisual, boletim de ocorrência policial e denúncias



A Prefeitura de Miranda do Norte tem conta rejeitada no Tribunal de Contas do Estado

feitas por outros eleitores mirandenses sobre a prática através do aplicativo Pardal.

A defesa de Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Joubert Sérgio Marques de Assis alegou imprestabilidade das provas colhidas internamente pelo MPE por ausência de contraditório; inidoneidade das testemunhas, não detalhamento dos fatos, provas inadequadas; inexistência da conduta e/ou participação ou anuência dos representados; e inexistência de prova robusta dos fatos alegados.

Sobre as alegações da de-

fesa, a magistrada destacou: “os eleitores foram ouvidos apenas para coleta de informações para verificação de justa causa para ajuizamento da representação, não servindo de lastro para apreciação do mérito. No que diz respeito às demais provas colhidas pelo MPE, como fotografias e registro audiovisual, tais elementos de convicção foram submetidos ao contraditório”.

Em continuidade, salientou: “ainda que os depoimentos das testemunhas tenham que ser considerados com temperamentos, notadamen-

te porque, em cidades pequenas, quase todo cidadão tem uma inclinação política quando não se apresenta como efetivo militante em favor de uma das candidaturas, é possível filtrá-los, retirando-lhes o que for verdadeiro e o que se ligam com as provas documentais, os fatos públicos e notórios, os indícios e as presunções – alvos da livre apreciação do julgador, nos termos do art. 23 da LC 64/90, posto que o magistrado é um ser social sensível e não um alienígena apartado das coisas que acontecem ao seu redor”.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
(x) Pequeno	() Correio de Notícias	(x) Outros CADEPINO 2	
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 13 / 06 / 2017	Página 1	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Operação Draga

PF apura denúncia de fraude em execução e fiscalização de obra no Porto do Itaqui

OSWALDO VIVIANI

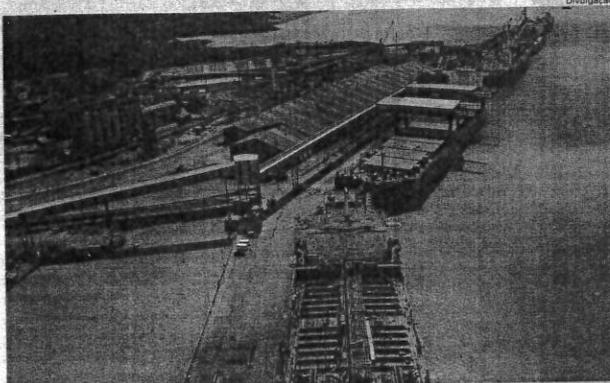
A Polícia Federal (PF) deflagrou, na manhã de ontem (12), a "Operação Draga", com o objetivo de apurar fraude na execução e fiscalização da obra de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui, em São Luís, sob responsabilidade da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap). Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão nas cidades de São Luís, São José dos Campos (SP) e no Rio de Janeiro (RJ). Os mandados foram expedidos pela Justiça Estadual, por meio da Central de Inquéritos e Custódia da Comarca de São Luís. A operação contou com a participação de 40 policiais federais. A PF cumpriu mandados de busca e apreensão no Porto de Itaqui, na residência do coordenador de Projetos da Emap, Lucídio Frazão, e na casa do diretor de Engenharia da empresa, José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante (ambos localizados na capital maranhense). Além disso, foi determinada pela Justiça a proibição de acesso ou frequência do coordenador de Projetos e do diretor de Engenharia à Emap, e suspensão do exercício das funções públicas dos investigados pelo prazo de 90 dias. José Eugênio Mendonça é casado com a promotora de Justiça Elizabeth Mendonça, titular da Promotoria de São José de Ribamar.

Também foram cumpridos três mandados de busca em São José dos Campos (SP): um na empresa Fotogeo e dois na residência de seus sócios. Por fim, na Rio de Janeiro (RJ), foi cumprido um mandado de busca na empresa Jan De Nul.

A obra de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui foi executada pela empresa Jan De Nul do Brasil Dragagem Ltda, de 18/12/2014 a 13/3/2015, com o custo total de R\$ 62.127.990,92. A fiscalização ficou a cargo da empresa Fotogeo, com o custo de R\$ 1.528.658,36.

A investigação teve início com as declarações de um ex-funcionário da Emap, empresa estadual que administra o Porto de Itaqui na capital maranhense. Segundo a PF, o ex-funcionário declarou que apesar de ocupar a função de gerente de Projetos, cargo no qual deveria acompanhar a execução da obra, o andamento do serviço foi deliberadamente omitido dele, com o possível intuito de ocultar fraudes.

Ainda de acordo com a investigação da Polícia Federal, a responsabilidade pela execução dos contratos (execução da obra e fiscalização) coube ao coordenador de Projetos, enquanto o gestor do contrato foi o diretor de Engenharia da Emap. A fiscalização da execução da obra de dragagem se deu por meio do processo de batimetria, que consiste na medição das profundidades dos mares e lagos por meio de referencição por ultrassom. Sem o processo de batimetria não é possível fiscalizar adequadamente a execução da obra, já que a análise envolve a topografia antes, durante e após a execução. A realização do processo de batimetria apenas após a execução, por exemplo, não permite verificar quantos metros cúbicos de sedimentos foram efetivamente dragados. Segundo declarações do ex-funcionário e indícios colhidos durante a investigação, a empresa Fotogeo não estava realizando a batimetria, mas apenas copiando os dados fornecidos pela própria



Operação da PF investiga suposta fraude em licitações para dragagem de aprofundamento do Porto do Itaqui

empresa responsável pela execução da obra, Jan De Nul, e esses fatos seriam de conhecimento do coordenador de Projetos da Emap e do diretor de Engenharia. A lancha, por exemplo, supostamente utilizada pela Fotogeo para realizar a batimetria estava alocada para a Jan De Nul, ressaltou. Há também indícios de fraudes na obra de

dragagem em si, como a ausência de fiscalização (batimetria) pela Fotogeo, a aparente manipulação na sindicância instaurada para apurar os fatos referentes à fiscalização e o sobrepreço dos custos de mobilização/desmobilização. O custo de mobilização/desmobilização da obra foi de R\$ 32 milhões, enquanto o custo da obra em si foi de R\$ 28 milhões, ou seja, o custo da mobilização/desmobilização foi superior ao da própria obra. Em obras similares, os valores envolvidos foram bem menores.

Porto (Dragagem)	Mobilização + Demobilização	Custo total da obra (Dragagem + Mobilização + Demobilização)	Porcentual
Concessionária Internacional COP/CP, nº 02/2011 - Porto de Vila do Conde/PA	R\$ 4.850.000,00	R\$ 23.323.300,00	20,77%
Contrato SEP PR II 023-2009 - São Paulo/SP - Araruama, RJ	R\$ 4.540.000,00	R\$ 68.956.021,11	5,18%
Contrato 066/004/EMAP - Porto de Itaqui/PA	R\$ 34.900.745,80	R\$ 63.264.496,78	53,76%

Também foram observados indícios de sobrepreço do material dragado em comparação com obras similares:

Tabela comparativa com obras executadas pela JAN DE NUL em portos brasileiros	Concessionária Internacional COP/CP, nº 02/2011 - Porto de Vila do Conde/PA	Contrato SEP PR II 023-2009 - São Paulo/SP - Araruama, RJ	Contrato 066/004/EMAP - Porto de Itaqui/PA
Valor do contrato	R\$ 23.123.300,00	R\$ 68.956.021,11	R\$ 63.264.496,78
Mobilização	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.270.200,00	R\$ 26.945.765,00
Desmobilização	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.270.200,00	R\$ 7.963.980,80
Volumen dragado	650.000m³	4.134.353,24m³	589.967m³
Valor de m³ dragado	R\$ 31,51	R\$ 21,51	R\$ 107,23

EMPRESA CITADA

A empresa beiga Jan De Nul já foi citada em colaborações premiadas no contexto da Operação

Ex-gerente de projetos denunciou servidores da Emap à Polícia Federal

O ex-gerente de projetos da Emap José de Ribamar Câmara Pinto foi o autor da denúncia que resultou na Operação Draga

José de Ribamar Câmara Pinto foi levado para a Emap pelo atual presidente da empresa Ted Lago. O ex-gerente ficou na companhia de janeiro de 2015 até meados de 2016, após divergências administrativas com o diretor de Engenharia José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante, um dos alvos da operação da PF ontem.

A licitação para obra de dragagem de aprofundamento dos píeres P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui foi iniciada em 2009, no governo Roseana Sarney (PMDB), sendo o contrato assinado em dezembro de 2014, após o ex-presidente da Assembleia Legislativa Arnaldo Melo assumir o governo estadual com a renúncia da peemedebista. Segundo a Polícia Federal, a obra de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui foi executada pela Empresa Jan De Nul do Brasil Dragagem Ltda, entre 18 de dezembro de 2014 (governo Arnaldo Melo) a 13 março de 2015 (atual governo), com o custo total de R\$ 62.127.990,92. A fiscalização ficou a cargo da Empresa Fotogeo, com o custo de R\$ 1.528.658,36. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) analisou o contrato objeto da operação e deu um parecer pela legalidade da contratação.

A Empresa beiga Jan de Nul já foi citada em colaborações premiadas no contexto da "Operação Lava Jato", em fraudes similares pelo Brasil. Em depoimento à Polícia Federal, José de Ribamar Câmara Pinto disse que "a responsabilidade pela execução dos contratos (execução da obra e fiscalização) coube ao coordenador de projetos, Lucídio Frazão, enquanto o gestor do contrato foi o

Lava Jato, em fraudes similares pelo Brasil. Considerando que os recursos empregados na obra são de origem estadual, segundo acordo do Tribunal de Contas da União, a competência para julgamento dos fatos é da Justiça Estadual, responsável pelo deferimento dos mandados de busca e apreensão."

NOTA DA EMAP

A Emap, presidida por Ted Lago, divulgou nota sobre a operação realizada na empresa na manhã de ontem (12) pela PF.

Eis a íntegra da nota:

"A Emap (Empresa Maranhense de Administração Portuária) informa que na manhã desta quarta-feira, 12 de julho de 2017, houve o cumprimento de um Mandado de Busca e Apreensão, referente ao processo de dragagem realizado pela empresa Jan De Nul do Brasil e serviço de batimetria realizado pela empresa Fotogeo, ambos licitados em 2014, ainda na gestão passada, e executados no começo de 2015. A decisão judicial refere-se a fatos que remontam ao ano de 2009, ainda em debate administrativo no âmbito do Governo Federal. Os serviços foram concluídos e a batimetria foi homologada pela Marinha do Brasil. A EMAP colabora com toda e qualquer investigação, reafirmando o compromisso da atual gestão com a transparência e probidade."



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 13 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Desembargador Bayma Araújo volta a assumir a presidência do TJMA



O desembargador Antônio Bayma Araújo volta a assumir interinamente, nesta quinta-feira (13), a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em razão de viagem do presidente Cleones Cunha ao Estado do Rio Grande do Norte. Na condição de decano do TJMA, Bayma Araújo vem ocupando

interinamente a vice-presidência do tribunal, em virtude de um pedido de licença, de 15 dias, da desembargadora Maria das Graças Duarte Mendes. No começo do mês, ele também esteve no comando do Tribunal, em face da viagem de Cleones Cunha a São Paulo e, posteriormente, a Santa Catarina.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 13 / 06 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Número de mortes no trânsito na Ilha aumentou 27% no 1º semestre

Comparativo é com o ano de 2016; levantamento feito por O Estado, com base em dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), apontou que mais da metade dos acidentes com óbitos ocorreram entre as 18h e 6h

O número de mortes no trânsito na Região Metropolitana de São Luís (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) aumentou 27% do primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período em 2016. É o que aponta levantamento feito por O Estado, com base nos relatórios divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP). Segundo a pasta, enquanto nos seis primeiros meses de 2016 foram registrados 36 óbitos na Ilha, este ano foram 49 casos, o que dá uma média de uma morte a cada três dias e meio.

Ainda de acordo com a pasta, 55% dos casos de óbitos nas ruas e avenidas da Grande Ilha ocorreram entre as 18h e as 6h. Segundo a SSP, 75% das mortes no trânsito aconteceram na capital maranhense (37 mortes). Outras 12 mortes foram registradas nos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar (cada um com 6 óbitos).

O levantamento apontou ainda que a maioria das mortes (55% dos casos) ocorreu no trânsito da região metropolitana entre as 18h e as 6h. Este horário, apesar da redução no fluxo

de veículos da cidade, é considerado por especialistas o mais perigoso em relação ao trânsito já que, especialmente aos fins de semana, é comum ver motoristas combinando álcool e volante.

Das 49 mortes no trânsito da Ilha este ano, metade foi causada por colisão. Outros 16 óbitos (ou 32,6%) dos casos ocorreram em virtude de atropelamentos. Apenas uma morte ocorreu por causa de queda de moto. Dos casos de mortes, 85% tiveram como vítimas pessoas do sexo masculino.

Considerando os óbitos por mês, junho foi o mais violento no trânsito na Grande Ilha. No total, foram registrados - de 1ª a 30 - 12 mortes. Um dos casos que mais chamou a atenção aconteceu no dia 21. Um homem - identificado como Domingos Gonçalves Dutra, de 40 anos, foi atropelado enquanto aguardava para atravessar na Avenida Lourenço Vieira da Silva, no Jardim São Cristóvão. De acordo com testemunhas, o motorista (que até o momento não teve a identificação revelada pela polícia) apresentava sinais de embriaguez.

Ainda de acordo com a família da vítima, Domingos Dutra trabalhava



Acidente ocorreu em 20 de fevereiro, tendo como vítima Arthur Campos, 23 anos; colisão com poste

SAIBA MAIS

Mortes no trânsito em 2017 por sexo:

Homens - 42 mortes
Mulheres - 5 mortes
"Em dois casos, a SSP não identificou o sexo da vítima"

Mortes por município em 2017 na Grande Ilha

São Luís - 37 mortes
São José de Ribamar - 6 morte
Paço do Lumiar - 6 morte

como cobrador de ônibus. Para chamar a atenção sobre a violência no trânsito, amigos e familiares do cobrador promoveram uma manifestação, no fim do mês passado, na Cidade Operária.

Outro caso

Um caso que também chamou a atenção este ano, em relação à violência no trânsito, aconteceu no dia 9 de abril. Na ocasião, um homem - identificado pela SSP como Itamaraldo Raimundo Cardoso Ribeiro,

de 59 anos, dirigia um veículo modelo Fiat no sentido Olho d'Água/Araçagi quando foi atingido violentamente por um veículo Corolla, que invadiu a pista contrária após capotar várias vezes.

Na ocasião, a informação preliminar era que a condutora do veículo, Elizângela Paes Ribeiro, seria servidora da Assembleia Legislativa do Maranhão, o que foi confirmado horas depois do fato, e que ela estaria sob efeito de bebida alcoólica. Dias depois, a direção da AL emitiu nota desmentindo o consumo de álcool pela condutora, já que, de acordo com a Casa Legislativa, Elizângela seria proprietária de um bar e que as garrafas de cerveja transportadas em seu veículo seriam apenas para seu estabelecimento e não para consumo próprio.

Alerta

De acordo com o coordenador da campanha SOS Vida da Maçonaria do Maranhão, Lourival Sousa, a imprudência ainda é a principal causa de acidentes no trânsito. "Trata-se de uma grande vilão do trânsito, ou seja, a forma que as pessoas ainda se portam quando estão ao volante ou na garupa de uma moto", disse. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 13 / 06 / 2017	Página 4		

Morte de taxista em Imperatriz teria ligação com a agiotagem

Polícia prendeu um comerciante da cidade que empresta dinheiro a juros; ele estava com a motocicleta usada pelo atirador no dia do crime e que pertencia a uma mulher; ela repassou a informação aos investigadores

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

O agiota identificado como Francisco Pereira da Costa, o Chico Papada, foi preso ontem, na cidade de Imperatriz, por uma equipe da Delegacia de Homicídios, por ser o principal suspeito de ter executado a tiros o taxista José Enilson Queiroz, o Baixinho, de 42 anos, no bairro Bacuri, na noite de terça-feira, 11. Esse assassinato é o primeiro deste mês após 15 dias sem registro desse tipo de crime na cidade.

O delegado Eduardo Galvão, da regional de Imperatriz, informou que esse caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios. A polícia constatou que Chico Papada é um dos grandes comerciantes da cidade e empresta dinheiro a juros. Na maioria das vezes, ao negociar o empréstimo, ele fica com um bem de valor da pessoa e caso não o pagamento da dívida não seja feito do prazo acordado, ele vende o objetivo para tirar o seu dinheiro.

Eduardo Galvão declarou ainda que a polícia conseguiu prender Chico Papada após ser identificada a motocicleta utilizada no crime.



José Enilson Queiroz, o Baixinho, que foi morto a tiros na porta de sua casa, no bairro Bacuri, em Imperatriz

que pertencia a uma mulher. Só que ela disse que seu veículo estava com esse agiota, que teria ficado pelo pagamento de uma dívida. A polícia, então, chegou a Chico Papada, que foi levado para a Delegacia de Homicídios e na tarde ontem prestou esclareci-

mentos ao delegado Praxisteles Martins, e confessou participação no homicídio. Duas testemunhas também foram ouvidas. "Há possibilidade de a vítima ter tido ligação com o acusado por questões de algum empréstimo; mas esse caso será esclarecido durante as

investigações", disse o delegado. Chico Papada já havia sido preso em 2013 na operação Mercenária, realizada em Imperatriz, por crimes de pistolagem.

Crime

O delegado informou que a vítima

“Esse caso não tem características de latrocínio, mas de uma execução. Inclusive, nada da vítima foi levado pelo criminoso”

EDUARDO GALVÃO,
delegado regional de Imperatriz

trabalhava no ponto de táxi do Tocantins Shopping, no Centro, mas foi abordada na porta de sua residência, no Bacuri, pelo criminoso, que estava conduzindo uma motocicleta Pop vermelha. O taxista levou dois tiros, um nas costas e outro na cabeça, e morreu no local.

As primeiras informações davam conta de que poderia ter sido um latrocínio (roubo seguido de morte), mas essa linha de investigação foi descartada. "Esse caso não tem características de latrocínio, mas de uma execução. Inclusive, nada da vítima foi levado pelo criminoso", explicou o delegado.

Eduardo Galvão disse também que o taxista levou tiros de pistola

disparados por apenas uma pessoa. A maioria dos casos de latrocínio é praticada por dois ou mais criminosos. Geralmente, os bandidos usam revólveres calibres 32 ou 38.

Execução

Já em São Luís, a polícia, até o começo da tarde de ontem, não tinha conseguido prender os suspeitos de terem executado um homem de aproximadamente 25 anos, na noite de terça-feira, 11, na Rua 17 de Julho, no bairro São Bernardo.

O caso está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPPP). De acordo com as informações da polícia, a vítima foi baleada em via pública e morreu no local, enquanto o criminoso fugiu de bicicleta.

A área do crime foi isolada pelos militares até a chegada dos peritos do Instituto de Criminalística (Icirm). O corpo foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para a autópsia, e ali permanecia até o fim da tarde, sem identificação.

Ainda ontem, os investigadores começaram a ouvir as testemunhas na sede da SHPP, mas o acusado ainda não foi identificado. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 13 / 07 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Quarteto é preso em Pinheiro com a boca na botija

Na noite da última segunda-feira (10), aconteceu um assalto na Rua José Bonifácio, na cidade de Pinheiro, na Baixada Maranhense, onde foi subtraído de uma pessoa, um celular Samsung, por dois indivíduos que estavam em uma moto de cor preta sem placa. Acionada, uma guarnição da PM realizou rondas nas imediações, mas não localizou os suspeitos.

Por volta 03:30 da manhã de terça-feira (11) a guarnição foi informada que havia quatro indivíduos armados

no posto Curitiba, naquela cidade e tentando roubar uma moto de placa ODY 5309 e que ainda efetuaram dois disparos.

A Força Tática da PM deslocou-se para o local onde foram feitas rondas e avistados alguns cidadãos com as mesmas características da denúncia. Ao serem abordados, foram encontrados todos os materiais e segundo testemunhas, uma moto de cor vinho, usada pelos suspeitos, que teria sido roubada há alguns meses.

O conduzido Rerison Fernandes Pereira, vulgo 'Caboquinho', ou 'Água de Campo' é homicida foragido. Os homens capturados assumiram o roubo do celular e que iriam roubar a moto da outra vítima.

Além de "Caboquinho" também foram conduzidos, Newton de Jesus Diniz Souza Jr., Alisson Ramos Rodrigues Penha e Wemerson Jorge Nunes Pereira. Todos foram apresentados na Delegacia de Polícia de Pinheiro para as devidas providências.

Motorista é condenado a 12 anos de prisão por morte no trânsito

Em Itapecuru-Mirim, o condutor Domingos Neres da Costa foi condenado pelo Tribunal do Júri, na última segunda-feira (10), a doze anos de prisão, em regime inicialmente fechado, por homicídio qualificado de Rogério Batista de Sousa, por motivo fútil, durante desentendimento no trânsito, no dia 9 de outubro de 2015. As circunstâncias do crime revelaram que, naquela data, o acusado atingiu a vítima após um aborrecimento no trânsito, uma vez que se zangou com um motorista do caminhão que vinha à sua

frente e alegou que, em situação de legítima defesa, atirou contra uma pessoa e acabou atingindo mortalmente a vítima, que não tinha nenhuma relação com o ocorrido.

Segundo os autos, não ficou provado que a vítima, de alguma forma, contribuiu para a ocorrência do fato, pois nenhuma das testemunhas oculares relatou ter visto qualquer agressão ou ataque da vítima ou mesmo de qualquer outra pessoa contra o réu.

Submetido ao júri popular, o Conselho de Sentença confirmou, por maioria, a

materialidade, a letalidade e autoria do crime em relação à vítima e rejeitou, por maioria, a tese de legítima defesa e homicídio simples, levantada pela defesa do réu.

A juíza considerou ainda que a prisão do réu é necessária com vistas a garantir a aplicação da lei penal. Caso contrário, representaria um contrassenso revogar a prisão após ter sido condenado pelo Tribunal do Júri popular.

A pena aplicada ao réu deverá ser cumprida na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim.

Idosa de 63 anos morre após veículo sair da pista na BR-316

Uma idosa de 63 anos morreu na tarde de terça-feira (11) em um acidente de carro ocorrido km 241 da BR-316, na zona rural do município de Bom Jardim, noroeste do Maranhão. A Polícia Rodoviária Federal disse que o carro utilitário em que ela estava saiu da pista, desceu a ribanceira e bateu em um objeto fixo, provavelmente uma árvore.

O acidente ocorreu por volta das 12h30. Dentro do veículo estavam cinco pessoas. Uma delas, a idosa Raimunda Maia da Silva, que viajava no banco de trás e sacou do veículo. Os outros quatro tiveram lesões leves. Todos foram levados para o Hospital Municipal de Bom Jardim a PRF-MA. A família viajava de Belém (PA) para a cidade de Araisos, no nordeste do Maranhão.

Segundo os policiais rodoviários, o motorista teria dormido ao volante e saiu da pista. Ele chegou a dizer não sabe como teria acontecido o acidente. Na frente do veículo viajavam o condutor e a esposa, enquanto no banco de trás estavam dois filhos do casal e a vítima, que é avó dos menores. Raimunda era a única sem cinto de segurança.

A velocidade máxima admitida na via é de 80 km/h. Não havia buracos nem marcas de frenagem no asfalto. Também não há notícia de outro veículo envolvido.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 13 / 07 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Já está em câna homem suspeito matar jovem em Imperatriz

No fim da tarde de terça-feira (11), foi preso um homem, identificado como Alessandro Alves Pereira de Sousa, de 29 anos. Ele é suspeito de ter matado a tiros o jovem Arnaldo Júnior Dias Brito, de 24 anos, assassinado no dia 23 de junho, no Conjunto Vitória, em Imperatriz.

Alessandro foi apresentado na manhã desta quarta-feira (12), na Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP).

Além de ser suspeito pela morte de Arnaldo, Alessandro, também, é suspeito de coparticipação na morte do jovem Danilo Bezerra Rego.

É que Alessandro teria fornecido a arma para Arnaldo praticar assaltos. Numa dessas práticas, o suspeito acabou matando a tiros o estudante Danilo, que teria reagido ao um assalto. O crime aconteceu no dia 22 de junho, no bairro Vilinha.

Um dia, após o assassinato de Danilo, Arnaldo, o principal suspeito por sua morte, foi assassinado a tiros no Conjunto Vitória. De acordo com a



Alessandro foi preso suspeito por assassinato de jovem

polícia, Arnaldo foi morto por desentendimentos na divisão do dinheiro oriundo dos assaltos. No dia do crime, a informação de que Arnaldo seria o assassino de Danilo circulou nas redes sociais, mas a polícia não confirmou.

Arnaldo Júnior Dias tinha várias passagens pela polícia, assim como Alessandro. Este último, inclusive, estava foragido da Justiça, após danificar a tornozeleira eletrônica. Ele estava preso por roubo qualificado. Foragido, o bandido continuou praticando crimes.

Além da participação da

morte de Danilo, Alessandro é suspeito de praticar um assalto à mão armada, a uma panificadora, no Centro da cidade, no último domingo (9). Foi causa deste assalto, que ele acabou sendo reconhecido pelas câmaras de segurança, e agora preso.

Alessandro Alves Pereira de Sousa foi apresentado na manhã desta terça-feira para a imprensa, e em seguida, levado para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI). Ele foi autuado por assalto, porte ilegal de arma e homicídio.

Após separação, jovem recorre ao suicídio em São José de Ribamar

Uma mulher identificada até o fechamento dessa matéria apenas como Suane, de 34 anos, recorreu ao suicídio por enforcamento na casa da família, nesta quarta-feira pela manhã, no povoado Pindaí, zona rural do município de São José de Ribamar. Embora alegre e extrovertida, Suane vinha apresentando sinais de sofrimento e depressão com o fim de um relacionamento amoroso.

Muito querida entre amigos, o sorriso nunca lhe faltou e animava os amigos e amigas. Ninguém, como dizem os mais próximos, imaginaria que ela fosse tomar essa decisão extrema. Ela deixa uma filha menor.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	VIDA
DATA 13 / 07 / 2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

COROADINHO

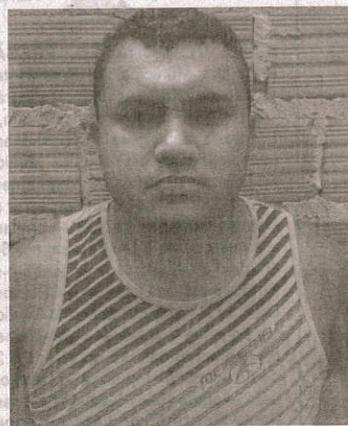
Suspeitos de homicídios e assaltos são capturados

Homens do Serviço de Inteligência do Batalhão Tiradentes, após levantamentos no bairro Coroadinho, conseguiram localizar, no Alto São Sebastião, dois homens acusados de homicídios e assaltos na cidade de Anajatuba e adjacências.

Os dois seriam parentes do vereador Miguel Gogó, assassinado em Anajatuba. Os suspeitos Railson Soares Oliveira, conhecido como "Guido", e Diemiarlison Soares Baima tinham em seu desfavor um mandado de prisão oriundo da Justiça de Santa Rita. Os dois foram recolhidos ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde aguardam o pronunciamento da Justiça. (DC)



Diemiarlison



Guidos

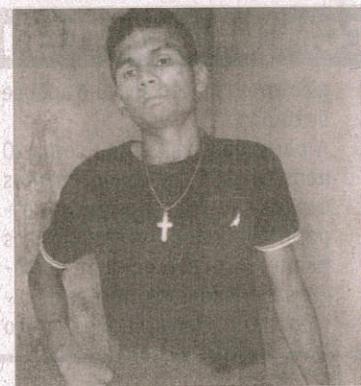
CASA CAIU

Assaltante é capturado após investigações da polícia

A Polícia Civil, por intermédio da delegacia do município de Santa Luzia do Paruá, conseguiu prender Domingos da Anuniação Correia Pereira, o "Tapiaca" (foto), de 24 anos, suspeito de cometer um assalto a um estabelecimento comercial da cidade, mediante o emprego de arma de fogo.

A prisão foi confirmada pelo delegado Gabriel Tersi, informando que Tapiaca adentrou no estabelecimento comercial com a arma de fogo que trazia na cintura e rendeu duas funcionárias da loja, onde conseguiu subtrair uma certa quantia em dinheiro e alguns produtos que estavam à venda.

De imediato, um trabalho conjunto entre homens das polícias Civil e Militar foi realizado com auxílio das câmeras de segurança do estabelecimento, sendo possível identificar e posteriormente executar a prisão de Tapiaca nas proximidades



Tapiaca foi capturado

do Centro da cidade.

Na delegacia, o delegado informou que o criminoso é um conhecido assaltante, porém, que sempre conseguia fugir da mira das autoridades policiais, mas que já estava sendo investigado. Sendo assim, ele será autuado pelo crime de roubo em concurso de agentes e mediante o emprego de arma de fogo, ficando preso até um parecer do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
(x) O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	(x) Outros <i>vida</i>
() Debate	() O quarto poder	
() Extra	() Internet / Blog	
DATA <i>13</i> / 07 / 2017	Página <i>4</i>	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Execução sumária

Homem transitava tranquilamente pelo São Bernardo e foi interceptado por um ciclista, que o abateu a tiros e fugiu. A vítima e o acusado não foram identificados

DOUGLAS CUNHA

Investigadores da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa estão empenhados nos levantamentos para identificar um homem que foi morto a tiros, na

Rua 17 de Julho, no bairro São Bernardo. O crime aconteceu no início da noite da última segunda-feira (10).

A vítima transitava a pé pela Rua 17 de Julho, quando surgiu um homem em uma bicicleta e fez vários disparos, matando-a. O agressor fugiu e populares

ainda socorreram a vítima, mas esta já havia morrido. A Polícia Militar deu início imediato às buscas pela região, mas não obteve êxito na sua localização. Os investigadores da SHPP e da delegacia do 10º Distrito Policial (São Cristóvão) investigam para elucidar o caso.



executado a tiros por desconhecido



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política () Cidades / Urbano () Geral () Polícia
(x) O Imparcial	() A tarde	
() Pequeno	() Correio de Notícias	
() Debate	() O quarto poder	(x) Outros <i>VIDA</i>
() Extra	() Internet / Blog	
DATA <i>13</i> / 07 / 2017	Página <i>4</i>	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

LEI DO CÃO

Facção aplica penalidade em criminosos

ESAU ARAÚJO

até para ganhar o respeito da comunidade, além de afastar a polícia do local.

Desde o mês passado, vários vídeos circulam nas redes sociais em que membros de facção, intitulados de "justiceiros", buscam punir criminosos da mesma quadrilha por cometerem assaltos em área demarcada como proibida.

O ato agora está acontecendo contra membros da própria quadrilha que assaltam, furtam ou matam pessoas de suas áreas. Para puni-los, os chefes dessas organizações atiram nas mãos ou pés de quem não cumpre as regras.

Nesta semana, o vídeo que circula nas redes é de uma facção criminosa que atua no bairro Santa Clara em São Luís, onde mostra como a "justiça" acontece com quem ultrapassa as ordens dos "mandachuvas". No vídeo, a vítima teve parte da mão decepada a golpes de facção.

O delegado Henrique Mesquita, da Seccional Leste, afirma que esse é o primeiro caso ocorrido na Santa Clara, porém, a vítima ainda não prestou nenhuma denúncia. "Tanto o autor do crime, como a 'vítima', são pessoas incoerentes da lei. Outro motivo que leva a "vítima" a não prestar denúncias certamente é o fato de que essa punição seja maior por parte desses líderes da facção", disse o delegado.

Em vários bairros da capital e região metropolitana de São Luís, é bastante evidente que as facções criminosas cobrem os assaltos nos locais onde atuam



Suspeito de roubo na Santa Clara foi "punido" pela facção



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 13 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Taxista é assassinado a tiros ao chegar do trabalho em Imperatriz

NELSON MELO

Um taxista de 42 anos, de nome José Enilso Queiroz, foi assassinado no município de Imperatriz, sudoeste do Maranhão, na noite de terça-feira (11), por volta das 20h30. De acordo com informações divulgadas pelo 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), ele chegava em sua casa, quando foi abordado por dois homens. Para a Polícia Civil, trata-se de um crime de encomenda, sendo que o suposto mandante foi preso.

O crime foi registrado na Rua Coriolano Milhomem, no bairro Bacuri, segundo a Polícia Militar. O bandido que o alvejou chegou ao local em uma motocicleta modelo Pop vermelha. O taxista, que era conhecido no município como "Baxim", não resistiu no próprio local após ser atingido nas costas e na cabeça. Guarnições



José Enilso foi assassinado após sair do táxi, na porta de sua residência



Fotos: Divulgação

do 3º BPM percorreram a região com o propósito de capturar os suspeitos, mas nenhum deles foi encontrado.

PRISÃO DO MANDANTE

Na manhã de ontem (12), a partir de diligências feitas pela Delegacia de Homicídios de Imperatriz, prenderam o suposto

mandante do crime, de nome Francisco Pereira da Costa, o "Chico Papada", que trabalha com revenda de carros e tinha negócios com o taxista. A motivação, porém, está sendo apurada pela equipe, que já descobriu o nome do pistoleiro contratado para matar José.

Foi comentado pelo delegado Gustavo Tavares que "Chico Papada" já tinha sido preso em 2013 por acusação de crime de pistolagem durante a "Operação Mercenários", juntamente com vários policiais militares. Contudo, ele e outros tiveram a prisão revogada pelo Poder Judiciário.